

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: VALE DO PUIU LTDA., com sede social na Av. Caxangá, nº 612, Madalena, Recife, PE, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 41.235.813/0001-48, devidamente representada neste ato por, **PAULO GERARDO FEITOSA CARNEIRO CAMPELO**, brasileiro, solteiro, CNPF nº 616.664.914-20, residente e domiciliado na Rua Dr. Genaro Guimarães – 145/2202, Casa Amarela, Recife/PE.

CONTRATADO: Daniel Clemesson Pereira da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista e Técnico em eletrotécnica, residente na Rua Lagoa Seca, 35, Curado 3, Jaboatão dos Guararapes, CPF nº 034.862.624-08 e CREA PE nº 045370.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços nos seguintes termos:

DO OBJETO DO CONTRATO

Prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica na área de instalação elétrica, nos termos da Lei 10.406, de janeiro de 2002, com total independência técnica desenvolvendo suas atividades de função, execução e gerenciamento técnico pela empresa contratante, nas seguintes áreas:

- a) Instalação elétrica das bombas dos poços tubulares;
- b) Obra que envolva os conhecimentos técnicos em eletricidade, como subestação, geração de parques geradores de energia solar, eólica, incluindo rede elétrica de baixa e alta tensão, além de outros serviços correlatos à sistemas elétricos;
- c) implantação de sistemas de abastecimento de água através de captação com bombas elétricas

DAS LOCALIDADES PARA DESEMPENHO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Em todo território nacional.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O **CONTRATADO** se obriga a acompanhar todos os atos relacionados com os serviços de responsabilidade técnica, executando as tarefas necessárias para solução de problemas, utilizando técnicas condizentes com o serviço a ser prestado, utilizando-se de todos os esforços para a sua consecução, se obrigando a efetuar viagens por todo o território nacional para realização dos atos que se fizerem necessários.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a apresentar ao **CONTRATADO** todos os documentos necessários ao

bom e fiel cumprimento do presente contrato de responsabilidade técnica, quando solicitada.

A **CONTRATANTE** se obriga ao ressarcimento dos gastos efetuados pelo **CONTRATADO**, quando das viagens descritas no parágrafo terceiro da cláusula terceira, por via aérea ou terrestre, desde que previamente autorizada e mediante apresentação de nota fiscal dos gastos.

DO PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços acertados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a quantia mensal equivalente a 1 (um) salário-mínimo de R\$ 1.412,00 x hora trabalhada = (um mil, quatrocentos e doze reais), assim como as despesas realizadas com as viagens, devendo sofrer o reajuste anual da categoria, pagos através de RPA (recibo de profissional autônomo), carga horária de 20 (vinte) horas semanais sendo, 06 horas às terças-feiras; 06 horas às quartas-feiras; 06 horas às quinta-feiras e 02 horas às sextas-feiras de cada mês. As taxas referentes ao exercício do **CREA** serão pagas pela empresa.

O profissional de nível superior fará juz a uma remuneração mensal proporcional de, no mínimo, 1 (um) salário mínimo nacional para cada hora diária trabalhada por pessoa jurídica até a sexta hora, fica desde já combinado à vedação da carga horária diária que exceda as 6:00 horas.

Para fins de anotação de responsável técnico por pessoa jurídica o profissional deverá cumprir uma jornada mínima de trabalho de 20 (vinte) horas semanais

DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido em qualquer das cláusulas deste instrumento, responsabilizando-se a quem deu causa sem pagamento de qualquer multa.

DO PRAZO

O presente contrato terá duração de 48(quarenta e oito meses), contados a partir da assinatura do contrato.

CONDIÇÕES GERAIS

O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes.

DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca do Recife/PE.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Recife, 03 de janeiro de 2024.

Das Assinaturas:

a) PAULO GERARDO FEITOSA CARNEIRO CAMPELO

**VALE DO PUIU LTDA
CONTRATANTE**

**Daniel Clemesson Pereira da Silva
CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

CAMILA LUCAS SOARES
CPF:

NATANAEL GOMES DE CARVALHO
CPF: 989.624.504-53

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES AO CONTRATO Nº 02/2024, VALE DO
PUIU LTDA x Daniel Clemesson Pereira da Silva (Engenheiro Eletricista)**

**NORMA DE FISCALIZAÇÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA
ELÉTRICA.**

Considerando a Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências;

Considerando o Art. 82, da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que dispõe sobre as remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos;

Considerando a Lei Federal no 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária;

Considerando a Resolução do Confea no 336, 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Considerando a Resolução do Confea no 397, de 11 de agosto de 1995, que dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional;

Considerando a Decisão Plenária do Confea no 201, de 25 de agosto de 1979, que dispõe sobre o salário mínimo profissional, fracionamento, possibilidade jurídica, competência do Crea para exame específico de cada caso.

Para fins de anotação de responsável técnico por pessoa jurídica o profissional deverá cumprir uma jornada mínima de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

O profissional não deverá ultrapassar a carga horária de 12 (doze) horas diárias, considerando o somatório das horas destinadas em todas as pessoas jurídicas em que atue.

O profissional de nível superior fará jus a uma remuneração mensal proporcional de, no mínimo, 1 (um) salário mínimo nacional para cada hora diária trabalhada por pessoa jurídica até a sexta hora;

Deverá ser apresentada, devidamente preenchida e com assinaturas do profissional e do responsável legal da pessoa jurídica, a Declaração de Permissão de Saída e Cumprimento de Carga Horária, conforme Anexo I desta Norma, uma por empresa onde o profissional estiver exercendo atividades.

A anotação de responsável técnico com residência fora do Estado de Pernambuco, a fim de que seja averiguada a disponibilidade deste profissional em atender a respectiva pessoa jurídica.

No caso definido no caput deste artigo deverá ser apresentada a Declaração de Compatibilidade de Horário e Deslocamento, conforme Anexo II desta Norma DO CONFEA.

Recife, 03 de janeiro de 2024.

Das Assinaturas:

a) PAULO GERARDO FEITOSA CARNEIRO CAMPELO

**VALE DO PUIU LTDA
CONTRATANTE**

**Daniel Clemesson Pereira da Silva
CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

CAMILA LUCAS SOARES
CPF:

NATANAEL GOMES DE CARVALHO
CPF: 989.624.504-53